

CÓDIGO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ELDORADO DO SUL

ÍNDICE

TÍTULO I - DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO II - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO III - INTERESSE LOCAL

CAPÍTULO IV - INSTRUMENTOS

CAPÍTULO V - DEFINIÇÕES

CAPÍTULO VI - AÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO VII - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO VIII - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

TÍTULO II - DO CONTROLE AMBIENTAL

CAPÍTULO I - NORMAS GERAIS

CAPÍTULO II - EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

CAPÍTULO III - AR

CAPÍTULO IV - ÁGUA

CAPÍTULO V - FLORA

CAPÍTULO VI - FAUNA

CAPÍTULO VII - SOLO E PARCELAMENTO

CAPÍTULO VIII - CONTROLE DA EMISSÃO DE RUÍDOS

CAPÍTULO IX - PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

CAPÍTULO X – SANEAMENTO BÁSICO E DOMICILIAR

CAPÍTULO XI - RESÍDUOS TÓXICOS OU PERIGOSOS

CAPÍTULO XII - CONDIÇÕES AMBIENTAIS DAS EDIFICAÇÕES

CAPÍTULO XIII - LICENCIAMENTO AMBIENTAL

CAPÍTULO XIV - SANÇÕES

CAPÍTULO XV - PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL

TÍTULO III - DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

CAPÍTULO I - DA FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO II - DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Seção I - NORMAS GERAIS

Seção II - AUTO DE INFRAÇÃO

Seção III - DEFESA

Seção IV - INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Seção V - RECURSO

CAPÍTULO III - INFRAÇÕES E PENALIDADES

TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS

PROJETO DE LEI Nº 006, DE 11 DE JANEIRO DE 2013

“Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente de Eldorado do Sul, a Política Municipal do Meio Ambiente para a administração do uso dos recursos ambientais, proteção da qualidade do meio ambiente, do controle das fontes poluidoras, da fiscalização, da conscientização ambiental e da ordenação do solo, de forma a garantir o desenvolvimento ambientalmente sustentável”

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

TÍTULO I

DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a Política do Meio Ambiente do Município de Eldorado do Sul, sua elaboração, implementação e acompanhamento, instituindo princípios, fixando objetivos e normas básicas para a proteção do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 2º Para elaboração, implementação e acompanhamento crítico da Política do Meio Ambiente do Município, serão observados os seguintes princípios fundamentais:

- I – Multidisciplinaridade no trato das questões ambientais;
- II – Participação comunitária;
- III – Compatibilização com as Políticas do Meio Ambiente Federal e Estadual;
- IV – Unidade de política e gestão sem prejuízo da descentralização de ações;
- V – Compatibilização entre as políticas setoriais e as demais ações de governo;

VI – Continuidade, no tempo e no espaço das ações básicas de gestão ambiental;

VII – Obrigatoriedade da reparação do dano ambiental, independente de outras sanções civis e penais.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º A política ambiental do Município, respeitadas as competências da União e do Estado, tem por fim a preservação, conservação, defesa, recuperação e controle do meio ambiente natural e urbano.

Art. 4º Para assegurar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Município e regular a ação do Poder Público Municipal, assim como sua relação com os cidadãos e instituições com vistas ao equilíbrio ambiental, serão observados os seguintes princípios:

I - utilização ordenada e racional dos recursos naturais ou daqueles criados pelo homem, por meio de critérios que assegurem um meio ambiente equilibrado;

II - organização e utilização adequada do solo urbano, nos processos de urbanização, industrialização e povoamento;

III - proteção dos ecossistemas, com ênfase na preservação ou conservação de espaços especialmente protegidos e seus componentes representativos;

IV - obrigação de recuperar áreas degradadas pelos danos causados ao meio ambiente;

V - promoção da educação ambiental de maneira multidisciplinar e interdisciplinar nos níveis de ensino oferecido pelo município, bem como a valorização da cidadania e da participação comunitária, nas dimensões formal e não formal;

VI - estímulo de incentivos fiscais e orientação da ação pública às atividades destinadas a manter o equilíbrio ambiental;

VII - prestação de informação de dados e condições ambientais, nos limites da legislação vigente.

CAPÍTULO III

INTERESSE LOCAL

Art. 5º Para o cumprimento no disposto no art. 30, da Constituição Federal, no que concerne ao meio ambiente, considera-se como de interesse local:

I - o estímulo cultural à adoção de hábitos, costumes, posturas e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao Meio Ambiente;

II – a adequação das atividades do Poder Público e socioeconômicas, rurais e urbanas, às imposições do equilíbrio ambiental e dos ecossistemas naturais onde se inserem;

III – dotar obrigatoriamente o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da cidade de normas relativas ao desenvolvimento urbano que levem em conta a proteção ambiental;

IV – a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos hídricos e minerais, destinados para fins urbanos e rurais, mediante uma criteriosa definição de uso e ocupação, normas de projetos, implantação, construção e técnicas ecológicas de manejo, conservação e preservação bem como de tratamento e disposição final de resíduos e efluentes de qualquer natureza;

V – diminuir os níveis de poluição atmosférica, hídrica, sonora, estética e do solo;

VI – estabelecer normas de segurança no tocante ao armazenamento, transporte e manipulação de produtos, materiais e resíduos tóxicos ou perigosos;

VII – a criação de parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e/ou de relevante interesse ecológico e turístico, entre outros;

VIII – exercer o poder de polícia em defesa da flora e da fauna e estabelecer a política de arborização para o Município, com a utilização de métodos e normas de poda que evitem a mutilação das árvores, no espaço visual e estético;

IX – a recuperação dos arroios e matas ciliares;

X – a garantia de crescentes níveis de saúde ambiental das coletividades humanas e dos indivíduos, inclusive através do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, vias e logradouros públicos;

XI – proteger o patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico, espeleológico e paisagístico do Município;

XII – exigir prévia autorização ambiental municipal para a instalação ou ampliação de atividades que, de qualquer modo, possam influenciar o meio ambiente, mediante a apresentação de análise de risco e estudo de impacto ambiental, quando necessário e a critério da autoridade ambiental municipal;

XIII – incentivar estudos objetivando a solução de problemas ambientais, bem como a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, modelos e sistemas de significativo interesse ecológico.

CAPÍTULO IV

INSTRUMENTOS

Art. 6º São instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente:

- a) o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA;
- b) o zoneamento ambiental;
- c) os espaços territoriais especialmente protegidos;
- d) a avaliação de impactos ambientais e análise de riscos;
- e) a fiscalização, controle e monitoramento;
- f) a educação ambiental;
- g) o licenciamento ambiental;
- h) as sanções;
- i) os padrões de qualidade ambiental;
- j) os bancos de dados.

CAPÍTULO V

DEFINIÇÕES

Art. 7º Para fins desta lei considera-se:

I - águas residuárias: qualquer despejo ou resíduo líquido com potencialidade de causar poluição;

II - alteração dos recursos florísticos: supressão parcial, poda, transplante ou dendrocirurgia de qualquer espécime vegetal;

III - animais autóctones: aqueles representativos da fauna nativa do Rio Grande do Sul;

IV - animais silvestres: todas as espécies, terrestres ou aquáticas, representantes da fauna autóctone e migratória de uma região ou país;

V - área edificada: superfície do lote ocupada pela projeção horizontal da edificação, incluindo os balanços, os beirais e as saliências do mesmo.

VI - área em vias de saturação: é a porção de uma Região de Controle ou de uma Área Especial de Controle da Qualidade do Ar cuja tendência é de atingimento de um ou mais padrões de qualidade do ar, primário ou secundário;

VII - área saturada: é a porção de uma Região de Controle ou de uma Área Especial de Controle da Qualidade do Ar em que um ou mais padrões de qualidade do ar - primário ou secundário - estiver ultrapassado;

VIII - áreas alagadiças: áreas ou terrenos que se encontram temporariamente saturados de água decorrente das chuvas, devido à má drenagem;

IX - áreas de conservação: são áreas delimitadas, segundo legislação pertinente, que restringem determinados regimes de utilização segundo os atributos e capacidade suporte do ambiente;

X - áreas degradadas: áreas que sofreram processo de degradação;

XI - áreas de preservação permanente: áreas de expressiva significação ecológica amparadas por legislação ambiental vigente, considerando-se totalmente privadas a qualquer regime de exploração direta ou indireta dos Recursos Naturais, sendo sua supressão apenas admitida com prévia autorização do órgão ambiental competente quando for necessária à execução de obras, planos, atividades, ou projetos de utilidade pública ou interesse social, após a realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA);

XII - áreas de uso especial: são áreas com atributos especiais de valor ambiental e cultural, protegidas por instrumentos legais ou não, nas quais o Poder Público poderá estabelecer normas específicas de utilização, para garantir sua conservação;

XIII - áreas especiais de controle da qualidade do ar: são porções de uma ou mais regiões de controle, onde poderão ser adotadas medidas especiais, visando à manutenção da integridade da atmosfera;

XIV - áreas sujeitas à inundação: áreas que equivalem às várzeas e que vão até a cota máxima de extravasamento de um corpo d'água em ocorrência de máxima vazão em virtude de grande pluviosidade;

XV - auditorias ambientais: são instrumentos de gerenciamento que compreendem uma avaliação objetiva, sistemática, documentada e periódica da performance de atividades e processos destinados à proteção ambiental, visando otimizar as práticas de controle e verificar a adequação da política ambiental executada pela atividade auditada;

XVI - autorização Especial de Poda, Supressão, Dendrocirurgia ou Transplante: em casos especiais fundamentados por Laudos Técnicos a Secretaria Municipal de Meio Ambiente poderá autorizar a Poda, Supressão, Dendrocirurgia ou Transplante;

XVII – balanços: avanços da edificação sobre os alinhamentos ou recuos regulamentares;

XVIII - banhados: extensões de terras normalmente saturadas de água onde se desenvolvem fauna e flora típicas;

XIX – beirais: prolongamentos de cobertura que sobressaem de parede externa.

XX - certificado de cadastramento: certificado emitido pelo Órgão Ambiental Competente Certificando a habilitação da pessoa física e/ou jurídica para execução de determinados serviços;

XXI – conservação: utilização dos recursos naturais em conformidade com o manejo ecológico;

XXII – conservação do solo: o conjunto de ações que visam à manutenção de suas características físicas, químicas e biológicas, e conseqüentemente, à sua capacidade produtiva, preservando-o como recurso natural permanente;

XXIII – degradação: processo que consiste na alteração das características originais de um ambiente, comprometendo a biodiversidade;

XXIV - dendrocirurgia – trabalho de recuperação ou condução executado num espécime vegetal, podendo, eventualmente, envolver cortes de ramos ou raízes e, necessariamente, assepsias e impermeabilização e, quando indispensável, preenchimento de cavidades.

XV – desenvolvimento sustentável: desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades;

XXVI – espécie exótica: espécie que não é nativa da região considerada;

XXVII – espécie nativa: espécie própria de uma região onde ocorre naturalmente; o mesmo que autóctone;

XXVIII – espécies silvestres não-autóctones: todas aquelas cujo âmbito de distribuição natural não se inclui nos limites geográficos do Rio Grande do Sul;

XXIX – fauna: o conjunto de espécies animais;

XXX – flora: conjunto de espécies vegetais;

XXXI – floresta: associação de espécies vegetais arbóreas nos diversos estágios sucessionais, onde coexistem outras espécies da flora e da fauna, que variam em função das condições climáticas e ecológicas;

XXXII – fonte de poluição e fonte poluidora: toda e qualquer atividade, instalação, processo, operação ou dispositivo, móvel ou não, que independentemente de seu campo de aplicação induzam, produzam e gerem ou possam produzir e gerar a poluição do meio ambiente;

XXXIII - fundação: conjunto de elementos da construção que transmitem ao solo as cargas da edificação.

XXXIV - Grupamento vegetal significativo: conjunto de vegetais que, por suas características botânicas ou raridade, beleza, condição de portamento, integração harmoniosa na paisagem ou por constituir-se em abrigo (nicho ecológico) de um ou mais espécimes da fauna silvestre, terá a sua

preservação assegurada, não podendo ser derrubado, podado, removido ou danificado.

XXXV – licença ambiental: instrumento da Política Estadual de Meio Ambiente, decorrente do exercício do Poder de Polícia Ambiental, cuja natureza jurídica é autorizatória;

XXXVI - logradouros Públicos: os locais destinados ao trânsito ou à permanência de veículos e pedestres, como vias públicas, praças, jardins e parques.

XXXVII – manejo ecológico: utilização dos ecossistemas conforme os critérios ecológicos buscando a conservação e a otimização do uso dos recursos naturais e a correção dos danos verificados no meio ambiente;

XXXVIII - mata atlântica: formações florestais e ecossistemas associados inseridos no domínio Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa ou Mista, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Decidual, restingas e campos de altitudes;

XXXIX – meio ambiente: o conjunto de condições, elementos, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social e cultural que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

XL – melhoramento do solo: o conjunto de ações que visam ao aumento de sua capacidade produtiva através da modificação de suas características físicas, químicas e biológicas, sem que sejam comprometidos seus usos futuros e os recursos naturais com ele relacionado;

XLI - nascentes: ponto ou área no solo ou numa rocha de onde a água flui naturalmente para a superfície do terreno ou para uma massa de água;

XLII - padrões de emissão ou limites de emissão: são as quantidades máximas de poluentes permissíveis de lançamentos;

XLIII - padrões primários de qualidade do ar: são as concentrações de poluentes que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde da população;

XLIV - padrões secundários de qualidade do ar: são as concentrações de poluentes abaixo das quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem-estar da população, assim como o mínimo dano à fauna, à flora, aos materiais e ao meio ambiente em geral;

XLV - parques naturais: áreas de preservação ambiental destinadas a resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.

XLVI - patrimônio genético: conjunto de seres vivos que integram os diversos ecossistemas de uma região;

XLVII - poda: conjunto de operações que se efetuam na planta e que consistem na supressão parcial do sistema vegetativo lenhoso (sarmentos, cordões e, excepcionalmente, tronco) ou herbáceo (brotos, inflorescências, cachos, bagas, folhas, gavinhas).

XLVIII - poluente: toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar poluição do meio ambiente;

XLIX – poluentes atmosféricos: entende-se como poluente atmosférico qualquer forma de matéria ou energia com intensidade e em quantidade, concentração, tempo ou características em desacordo com os níveis estabelecidos, e que tornem ou possam tornar o ar:

a) impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde;

b) inconveniente ao bem-estar público;

c) danoso aos materiais, à fauna e flora;

d) prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade.

L - poluição: toda e qualquer alteração dos padrões de qualidade e da disponibilidade dos recursos ambientais e naturais, resultantes de atividades ou de qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, mediata ou imediatamente:

a) prejudique a saúde, a segurança e o bem-estar das populações ou que possam vir a comprometer seus valores culturais;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) comprometam as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

e) alterem desfavoravelmente o patrimônio genético e cultural (histórico, arqueológico, paleontológico, turístico, paisagístico e artístico);

f) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

g) criem condições inadequadas de uso do meio ambiente para fins públicos, domésticos, agropecuários, industriais, comerciais, recreativos e outros.

LI - poluidor: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental;

LII – preservação: manutenção de um ecossistema em sua integridade, eliminando do mesmo ou evitando nele qualquer interferência humana, salvo aquelas destinadas a possibilitar ou auxiliar a própria preservação;

LIII – processos ecológicos: qualquer mecanismo ou processo natural, físico ou biológico que ocorre em ecossistemas;

LIV - recuperação do solo: o conjunto de ações que visam ao restabelecimento das características físicas, químicas e biológicas do solo, tornando-o novamente apto à utilização agrossilvopastoril;

LV – recurso: qualquer componente do ambiente que pode ser utilizado por um organismo, tais como alimento, solo, mata, minerais;

LVI – recurso mineral: elemento ou composto químico formado, em geral, por processos inorgânicos, o qual tem uma composição química definida e ocorre naturalmente, podendo ser aproveitado economicamente;

LVII – recurso não renovável: recurso que não é regenerado após o uso, tais como recursos minerais que se esgotam;

LVIII – recurso natural: qualquer recurso ambiental que pode ser utilizado pelo homem. O recurso será renovável ou não na dependência da exploração e/ou de sua capacidade de reposição;

LIX - recurso renovável: recurso que pode ser regenerado. Tipicamente recurso que se renova por reprodução, tais como recurso biológico, vegetação, proteína animal;

LX – recursos ambientais: os componentes da biosfera necessários à manutenção do equilíbrio e da qualidade do meio ambiente associada à qualidade de vida e à proteção do patrimônio cultural (histórico, arqueológico, paleontológico, artístico, paisagístico e turístico), passíveis ou não de utilização econômica;

LXI - reservas biológicas: áreas de preservação permanente, destinadas a proteger integralmente a flora e a fauna ou mesmo uma espécie em particular, com utilização para objetivos científicos;

LXII - Regiões de Controle da Qualidade do Ar: são áreas físicas do território do Estado do Rio Grande do Sul, dentro das quais poderá haver políticas diferenciadas de controle da qualidade do ar, em função de suas peculiaridades geográficas, climáticas e geração de poluentes atmosféricos, visando à manutenção de integridade da atmosfera;

LXIII - saliências: elementos ornamentais da edificação que avançam além dos planos das fachadas.

LXIV - solo agrícola: todo o solo que tenha aptidão para utilização agrossilvopastoril não localizado em área de preservação permanente;

LXV - supressão de vegetação: eliminação de um espécime vegetal por corte;

LXVI - Unidades de Conservação (UCs): são porções do ambiente de domínio público ou privado, legalmente instituídas pelo Poder Público, destinadas à preservação ou conservação como referencial do respectivo ecossistema;

LXVII - uso adequado do solo: a adoção de um conjunto de práticas, técnicas e procedimentos com vista à recuperação, conservação e melhoramento do solo agrícola, atendendo a função sócio-econômica e ambiental de estabelecimentos agrícolas da região e do Estado;

LXVIII - transplante vegetal– remoção de um vegetal de determinado local e o seu implante em outro;

LXIX - várzea: terrenos baixos e mais ou menos planos que se encontram junto às margens de corpos d'água;

LXX - vegetação: flora característica de uma região;

LXXI - zonas de transição: são áreas de passagem entre dois ou mais ecossistemas distintos, que se caracterizam por apresentarem características específicas no que se refere às comunidades que as compõem.

CAPÍTULO VI

AÇÃO DO MUNICÍPIO

Art. 8º Ao Município de Eldorado do Sul no exercício de suas competências constitucionais e legais, relacionadas com o meio ambiente, incumbe mobilizar e coordenar suas ações e recursos humanos, financeiros, materiais, técnicos e científicos, bem como a participação da população, na consecução dos objetivos e interesses estabelecidos nesta lei, devendo:

I – planejar e desenvolver ações de autorização, promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, reparação, vigilância e melhoria da qualidade ambiental;

II – definir e controlar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ecológicas e ambientais;

III – elaborar e implementar o Plano Municipal de Proteção ao Meio Ambiente;

IV – exercer o controle da poluição ambiental;

V – definir áreas prioritárias de ação governamental relativa ao meio ambiente, visando à preservação e melhoria da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI – identificar, criar e administrar unidades de conservação e de outras áreas protegidas para a preservação de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens e interesses ecológicos estabelecendo normas de suas competências a serem observadas nestas áreas;

VII – estabelecer diretrizes específicas para a proteção de mananciais hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;

VIII – estabelecer normas e padrões de qualidade ambiental para aferição e monitoramento de níveis de poluição do solo, poluição atmosférica, hídrica e sonora, dentre outros;

IX – estabelecer normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

X – fixar normas de automonitoramento, padrões de emissão e condições de lançamento de resíduos em efluentes de qualquer natureza;

XI – conceder licenças, autorizações e fixar condicionantes administrativas relativas ao Meio Ambiente;

XII – implantar sistema de cadastro e informações sobre o Meio Ambiente;

XIII – promover a conscientização pública para a proteção do Meio Ambiente e a Educação Ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar, em todos os níveis de ensino, formal e informal;

XIV – incentivar o desenvolvimento, a produção e instalação de equipamentos e a criação, absorção e difusão de tecnologias compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental;

XV – implantar e operar o sistema de monitoramento ambiental municipal;

XVI – garantir a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que visem à proteção, recuperação ou melhoria da qualidade ambiental;

XVII – regulamentar e controlar a utilização de produtos químicos em atividades agrosilvopastoris, industriais e de prestação de serviços;

XVIII - incentivar, colaborar e participar de planos de ação de interesse ambiental em nível federal, estadual e regional, através de ações comuns, acordos, consórcios e convênios;

XIX – executar outras medidas consideradas essenciais à conquista e manutenção de melhores níveis de qualidade ambiental;

XX – garantir aos cidadãos o livre acesso a informações e dados sobre questões ambientais do município.

Art. 9º Para implantação dos instrumentos da política municipal do meio ambiente o município instalará e manterá:

a) o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA;

b) o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA, com caráter deliberativo e consultivo, tendo em sua composição, no mínimo, 50% de entidades não governamentais;

c) a organização do órgão municipal do meio ambiente, com quadro de profissionais legalmente habilitados para a realização do licenciamento ambiental, próprio ou à disposição, emitindo a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

d) possuir servidores municipais com competência para o exercício da fiscalização ambiental;
e) a existência de legislação própria disciplinando o licenciamento ambiental e as sanções administrativas pelo seu descumprimento;

f) Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - PDDUA;

g) Plano Ambiental, aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, de acordo com as características locais e regionais.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo licenciamento e pela fiscalização ambiental deverão integrar os quadros do Município, devidamente designados pelo Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO VII

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 10. A educação ambiental, em todos os níveis de ensino da rede municipal, e a conscientização pública para a preservação e conservação do meio ambiente, são instrumentos essenciais e imprescindíveis para a garantia do equilíbrio ecológico e da sadia qualidade de vida da população.

Art. 11. Compete ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de sua atuação e a conscientização da sociedade para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, considerando:

I - a educação ambiental sob o ponto de vista interdisciplinar;

II - o fomento, junto a todos os segmentos da sociedade, da conscientização ambiental;

III - a necessidade das instituições governamentais estaduais e municipais de realizarem ações conjuntas para o planejamento e execução de projetos de educação ambiental, respeitando as peculiaridades locais e regionais;

IV - o veto à divulgação de propaganda danosa ao meio ambiente e à saúde pública;

V - capacitação dos recursos humanos para a operacionalização da educação ambiental, com vistas ao pleno exercício da cidadania.

Parágrafo único. A promoção da conscientização ambiental prevista neste artigo dar-se-á através da educação formal, não-formal e informal.

Art. 12. O Poder Público, na rede escolar municipal e na sociedade, deverá:

I - apoiar ações voltadas para introdução da educação ambiental em todos os níveis de educação;

II - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino da rede municipal;

III - desenvolver ações de educação ambiental junto à população do Município.

CAPÍTULO VIII

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Art. 13. Fica criado o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA que será regulamentado no prazo de 90 dias a contar da vigência da presente Lei.

TÍTULO II

DO CONTROLE AMBIENTAL

CAPÍTULO I

NORMAS GERAIS

Art. 14. O Meio Ambiente é patrimônio comum da coletividade, bem de uso comum do povo, e sua proteção é dever do Município, de todas as pessoas e entidades que, para tanto, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção e no exercício de atividades, deverão respeitar as limitações administrativas e demais determinações estabelecidas pelo Poder Público, com vistas a assegurar um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, para as presentes e futuras gerações.

Art. 15. Todas as atividades, empreendimentos, processos, operações, dispositivos móveis ou imóveis, meios de transportes, que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar poluição ou degradação do meio ambiente estão sujeitas ao disposto nesta Lei.

Art. 16. É vedado o lançamento ou a liberação nas águas, no ar ou no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia, que cause comprovada poluição ou degradação ambiental, ou acima dos padrões estabelecidos pela legislação.

Art. 17. É proibida qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente: solo, água, ar, flora e fauna, causada por qualquer forma de energia ou de substância sólida, doméstica, industrial, comercial ou agrosilvopastoril, líquida ou gasosa ou combinação de elementos, gerados por qualquer atividade a níveis capazes de:

I - Prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população;

II - Criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;

III - Ocasionar danos relevantes à flora, à fauna, a paisagem e a outros recursos naturais.

Parágrafo único. O ponto de lançamento de qualquer efluente originário de atividade utilizadora de recursos ambientais, será obrigatoriamente situado à montante da captação de água do mesmo corpo hídrico, utilizado pelo agente de lançamento.

Art. 18. O Poder Executivo, através da Secretária de Meio Ambiente Municipal- SMAM tem o dever de determinar ou solicitar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição ou degradação do meio ambiente ou impedir sua continuidade, em casos de grave ou iminente risco para a saúde pública e o meio ambiente, observada a legislação vigente.

Art. 19. Não será permitida a implantação, ampliação ou renovação de quaisquer licenças ou alvarás municipais de atividades econômicas em débito com o Município, em decorrência da aplicação de penalidades por infrações à legislação ambiental.

Art. 20. As autoridades Municipais incumbidas da fiscalização ou inspeção, para fins de avaliar a poluição ambiental terão livre acesso às instalações industriais, comerciais, agropecuárias e outras particulares ou públicas, capazes de poluir o Meio Ambiente.

Art. 21. O Município poderá celebrar convênios com órgãos públicos federais, estaduais ou particulares para a execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do Meio Ambiente e dos planos e critérios estabelecidos para a sua proteção.

Art. 22. É proibida a instalação de usinas nucleares, o armazenamento de resíduos e substâncias radioativas, bem como o transporte, a produção de armamentos ou qualquer outra atividade que utiliza este tipo de energia, exceto para fins medicinais, no Município.

CAPÍTULO II

EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Art. 23. A extração mineral de saibro, argilas e terra vegetal são reguladas por este capítulo, pelas normas e leis e pelos regulamentos vigentes no âmbito federal e estadual.

Art. 24. A exploração das substâncias minerais dependerá sempre de licenciamento ambiental, quando deverá ser apresentado pelo empreendedor projeto de recuperação da área degradada pelas atividades.

Art. 25. Para todo o empreendimento mineiro, independentemente da fase em que se encontra, será exigido o Plano de Controle Ambiental, cujas diretrizes serão estabelecidas pelo órgão ambiental competente.

Art. 26. O requerimento de licença municipal para a realização de obras, instalação, operação e ampliação de extração de substâncias minerais,

será instruído pelas autorizações federais e estaduais, quando determinada pela legislação ambiental vigente.

Art. 27. O concessionário do direito mineral e o responsável técnico inadimplentes com o órgão ambiental no tocante a algum plano de controle ambiental não poderão se habilitar a outro licenciamento.

Art. 28. O comércio e indústria de transformação de qualquer produto mineral deverá exigir do concessionário a comprovação do licenciamento ambiental, sob pena de ser responsabilizado pelo órgão ambiental competente.

Art. 29. Para fins de planejamento ambiental, o Município efetuará o registro, acompanhamento e localização dos direitos de pesquisa e lavra mineral em seu território.

Art. 30. Os equipamentos de extração mineral denominados "dragas" deverão ser licenciados pelo órgão ambiental competente.

CAPÍTULO III

AR

Art. 31. As emissões gasosas provenientes de atividade produtiva, doméstica, industrial, comercial, prestação de serviço ou recreativa só poderão ser lançadas à atmosfera se não causarem ou tenderem a causar dano ao meio ambiente, à saúde e à qualidade de vida da população.

Art. 32. A qualidade do ar deverá ser mantida em conformidade com os padrões e normas de emissão definidas nos regulamentos, nas normas e legislações federal, estadual e municipal vigentes.

Art. 33. Na implementação da política municipal de controle da poluição atmosférica, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I – exigência de adoção das melhores tecnologias de processo industrial e de controle de emissão, de forma a assegurar a redução progressiva dos níveis de poluição;

II – melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização da eficiência do balanço energético;

III – implantação de procedimentos operacionais adequados, incluindo a implementação de programa de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de controle de poluição;

IV – adoção de sistema de monitoramento periódico ou contínuo das fontes poluidoras por parte das empresas responsáveis, sem prejuízo das atribuições da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM;

V – proibição de implantação ou expansão de atividades que possam resultar em violação dos padrões fixados;

VI – seleção de áreas mais propícias à dispersão atmosférica para a implantação de fontes de emissão, quando do processo de

licenciamento, e a manutenção de distâncias mínimas em relação a outras instalações urbanas, em particular hospitais, creches, escolas, residências e áreas naturais protegidas.

Art. 34. As chaminés, equipamentos de controle de poluição do ar e outras instalações que se constituam em fontes de emissão, efetivas ou potenciais, deverão ser construídas ou adaptadas para permitir o acesso de técnicos que efetuam o controle da poluição.

Art. 35. Fica proibido a queima ao ar livre de materiais e resíduos que comprometam de alguma forma o Meio Ambiente ou a sadia qualidade da vida e a emissão de substâncias tóxicas, conforme enunciada em legislação específica.

Art. 36. As fontes de emissão de poluentes deverão, a critério técnico fundamentado da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM, apresentar relatórios periódicos de medição, nos prazos indicados na licença ambiental, nos quais deverão constar os resultados do monitoramento dos diversos parâmetros ambientais.

Art. 37. São vedadas a instalação e a ampliação de atividades que não atendam as normas, os critérios, as diretrizes e padrões estabelecidos por esta lei e as demais normas estaduais e federais vigentes.

CAPÍTULO IV

ÁGUA

Art. 38. Para efeito desta Lei, a poluição das águas e qualquer alteração química, física ou biológica que possa importar em prejuízo à saúde, à segurança e ao bem estar das populações, causar dano à flora e fauna aquática ou anfíbia, bem como comprometer o seu uso para finalidades sociais e econômicas, o que implicará no enquadramento dos agentes poluidores nas penalidades legais previstas na legislação federal e estadual vigentes.

Art. 39. O poder público deverá zelar proteger e recuperar os ecossistemas aquáticos essenciais à qualidade de vida da população.

Art. 40. A captação de água, superficial ou subterrânea, deverá atender aos requisitos estabelecidos pela legislação federal e estadual vigentes, sem prejuízo às demais normas e critérios técnicos da Secretaria do Meio Ambiente Municipal – SMAM.

CAPÍTULO V

FLORA

Art. 41. A vegetação nativa, assim como as espécies da flora que ocorrem naturalmente no território municipal, elementos necessários do meio ambiente e dos ecossistemas, são considerados bens de interesse comum a

todos e ficam sob a proteção do Município, sendo seu uso, manejo e proteção regulados por esta Lei e demais documentos legais estadual e federal vigentes.

Art. 42. Na utilização dos recursos da flora serão considerados os conhecimentos ecológicos de modo a se alcançar sua exploração racional e sustentável, evitando-se a degradação e destruição da vegetação e o comprometimento do ecossistema dela dependente.

Art. 43. Qualquer espécie ou determinados exemplares da flora, isolados ou em conjunto, poderão ser declarados imunes ao corte, exploração ou supressão, mediante ato da autoridade competente, por motivo de sua localização, raridade, beleza, importância para a fauna ou condição de portamente.

Art. 44. A utilização de recursos provenientes de floresta ou outro tipo de vegetação lenhosa nativa será feita de acordo com projeto que assegure manejo sustentado do recurso, através do sistema de regime jardinado, de acordo com a legislação estadual vigente.

Art. 45. Na construção de quaisquer obras, públicas ou privadas, devem ser tomadas medidas para evitar a destruição ou degradação da vegetação original, ou, onde isto for impossível, é obrigatória a implementação de medidas compensatórias que garantam a conservação de áreas significativas desta vegetação.

Art. 46. A exploração, transporte, depósito e comercialização, beneficiamento e consumo de produtos florestais e da flora nativa, poderá ser feita por pessoas físicas ou jurídicas desde que devidamente registradas no órgão ambiental competente e com o controle e fiscalização deste.

Art. 47. As empresas que recebem madeira, lenha ou outros produtos procedentes de florestas, ficam obrigadas a exigirem do fornecedor cópia autenticada de autorização fornecida por órgão ambiental competente.

Art. 48. Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da mata atlântica, salvo quando houver necessidade de execução de obras, planos, atividades ou projetos de indiscutível interesse social ou de utilidade pública, mediante licença ambiental e apresentação do EIA/RIMA.

Parágrafo único. Considera-se Mata Atlântica o que dispõe a legislação federal vigente (Lei 11.428/2006).

Art. 49. Nos casos de vegetação secundária em estágios médio e avançado de regeneração da mata atlântica, o parcelamento do solo ou qualquer edificação para fins urbanos e rurais, só será admitido quando de conformidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e com a legislação ambiental vigente, mediante licenciamento ambiental e desde que a vegetação não apresente qualquer das seguintes características:

I - ser abrigo de fauna silvestre especialmente de alguma espécie ameaçada de extinção;

II - exercer função de proteção de mananciais ou de preservação e controle de erosão;

III - possuir excepcional valor paisagístico.

Art. 50. Fica proibido o corte ou a destruição parcial ou total de essências florestais nativas no âmbito do Município sem a autorização prévia do órgão florestal competente.

Art. 51. A autorização para exploração de árvores e florestas nativas somente será concedida através do sistema de manejo, em regime sustentado, não sendo permitido corte raso, havendo a obrigatoriedade de reposição nos termos da lei estadual e federal vigente.

§1º Quando ocorrer o corte raso, devidamente licenciado, a reposição florestal obrigatória deverá ser feita com mudas nativas, na proporção de 15 (quinze) mudas por cada árvores suprimida.

§2º No corte seletivo de floresta nativa, será procedida na forma da lei estadual e federal, conforme caput deste artigo.

Art. 52. Fica proibido o corte de formação florestal original ou em regeneração, assim como a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, definidos em lei estadual e federal.

Art. 53. É proibido o uso do fogo ou queimadas nas florestas e demais formas de vegetação natural.

Parágrafo único. Excetuam-se neste artigo as situações de uso do fogo (queimadas), para controle ou erradicação de pragas, sempre com expressa autorização da Secretaria do Meio Ambiente Municipal.

Art. 54. Todas as árvores e vegetação plantada em logradouros públicos são considerados bens de interesse público e o corte somente será permitido após autorização expressa da Secretaria do Meio Ambiente Municipal – SMAM.

Art. 55. Fica expressamente proibido destruir plantas ornamentais e flores de vias e logradouros públicos, ou apropriar - se das mesmas.

Art. 56. O comércio de plantas nativas somente será permitido quando estas forem provenientes de viveiros devidamente cadastrados na SMAM.

Parágrafo único. O responsável deverá solicitar devida autorização para desempenho dessa atividade junto a da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM;

Art. 57. É vedada a execução de qualquer trabalho em árvores situadas em logradouros públicos aos sábados, domingos e feriados.

§ 1º Havendo necessidade de execução nessas situações, a mesma deverá ser solicitada junto ao processo, tendo em anexo à justificativa e a motivação, e a mesma ficará passível de avaliação técnica e da gestão.

§ 2º Esta execução deverá ser obrigatoriamente acompanhada por técnico da SMAM.

Art. 58. Todas as pessoas físicas e/ou jurídicas que exerçam as atividades de poda, supressão, dendrocirurgia ou transplante em árvores situadas na área urbana deste Município devem ser cadastradas na SMAM.

Parágrafo único. Somente poderão exercer as atividades referidas no “caput” as pessoas físicas e/ou jurídicas devidamente cadastradas e portadoras de uma licença fornecida pela SMAM, denominada de Certificado de Cadastramento.

Art. 59. No prazo máximo de noventa dias da data da promulgação desta Lei, a SMAM regulamentará o Cadastro Geral de Pessoa Física e/ou Jurídica.

Art. 60. As solicitações de autorização por parte de pessoa física e/ou jurídica que exerçam estas atividades só serão apreciadas pela SMAM mediante apresentação do Certificado de Cadastramento na SMAM.

Art. 61. Para obtenção do Alvará de Corte, poda, supressão, dendrocirurgia ou transplante em áreas particulares, o requerente proprietário do imóvel deverá encaminhar os documentos que estarão elencados nos Termos de Referência da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM;

Art. 62. Fica vedada a poda ou corte de galhos de qualquer espécime vegetal entre os meses de setembro e abril, salvo em situações especiais que serão estudadas caso a caso, pela SMAM.

Art. 63. Excetuam-se das disposições legais vigentes nesta legislação, os casos de absoluta força maior, assim considerados pelo Corpo de Bombeiros e Defesa Civil do Município de Eldorado do Sul.

Art. 64. O responsável e/ou executor dos trabalhos de poda, corte de galhos ou remoção de vegetais que for encontrado sem a necessária autorização ou licença ou em desacordo com as disposições desta Lei estará sujeito às penalidades impostas pela legislação municipal, estadual e federal vigentes.

CAPÍTULO VI

FAUNA

Art. 65. É proibida a utilização, perseguição, destruição, caça, pesca, apanha, captura, coleta, extermínio, depauperação, mutilação e manutenção em cativeiro e em semi-cativeiro de exemplares da fauna silvestre, por meios diretos ou indiretos, bem como o seu comércio e de seus produtos e subprodutos, a menos que autorizado na forma da lei.

Art. 66. É permitido o comércio de espécimes e produtos de criadouros comerciais, desde que se prove a origem e criadouro devidamente autorizado pelo órgão competente.

§ 1º Os criadouros comerciais existentes no Município deverão cadastrar-se na Secretaria de Meio Ambiente Municipal, que tem atribuição de inspecioná-los e interditá-los em caso de infração.

§ 2º O comércio ilegal de espécimes da fauna silvestre acarretará a apreensão imediata dos exemplares expostos à venda, a ser efetuada pela Secretaria de Meio Ambiente Municipal, em colaboração com outros órgãos públicos, fazendo-se, em seguida a reintrodução dos espécimes na natureza.

Art. 67. É proibida a pesca em rios nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios vinculados à reprodução, em água parada ou mar territorial, nos períodos de desova, ou de acasalamento.

Art. 68. Na atividade de pesca é proibido a utilização de explosivos, substâncias tóxicas, aparelhos, técnicas e métodos que comprometam o equilíbrio das espécies, excetuando-se neste caso, a utilização de linha de mão ou vara com anzol.

Art. 69. É vedado o transporte, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de espécies provenientes da pesca proibida.

Art. 70. Os proprietários de açudes, criatórios e similares, de espécimes nativas ou exóticas, com objetivo econômico, são obrigados a se cadastrar na Secretaria do Meio Ambiente Municipal, no prazo de 180 dias, a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Ficam obrigados os empreendedores estabelecidos com atividades definidas no “caput” deste artigo, a comunicar imediatamente, qualquer alteração sanitária ou epidêmica que se verificar em seus estabelecimentos a Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM;

Art. 71. Outros aspectos quanto à fauna serão regidas pela legislação federal e estadual vigente.

CAPÍTULO VII

SOLO E PARCELAMENTO

Art. 72. A proteção do solo no Município visa:

I - garantir o uso racional do solo urbano, através dos instrumentos de gestão competentes, observadas as diretrizes ambientais contidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental;

II - garantir a utilização do solo cultivável, através de planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejos;

III - priorizar o controle da erosão e o reflorestamento das áreas degradadas;

IV - priorizar a utilização de controle biológico de pragas.

Art. 73. A disposição de quaisquer resíduos no solo, sejam líquidos, gasosos ou sólidos, só será permitida mediante comprovação de sua degradabilidade e da capacidade do solo de autodepurar-se, levando-se em conta os seguintes aspectos:

- I - capacidade de percolação;
- II - garantia de não contaminação dos aquíferos subterrâneos;
- III - limitação e controle da área afetada;
- IV - reversibilidade dos efeitos negativos.

Art. 74. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei, da legislação urbanística do Município e em concordância com as leis federais e estaduais pertinentes e suplementares vigentes.

Art. 75. Nos parcelamentos do solo é obrigatória a implantação de equipamentos para abastecimento de água potável, esgotamento pluvial e sanitário e o sistema de coleta de resíduos sólidos urbanos.

Art. 76. O parcelamento do solo de uso rural deverá atender, além das demais disposições legais, o disposto no Plano Diretor de desenvolvimento Urbano.

CAPÍTULO VIII

CONTROLE DA EMISSÃO DE RUÍDOS

Art. 77. O controle da emissão de ruídos no Município visa garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei ou regulamento.

Art. 78. A emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais, religiosas, domésticas ou recreativas, inclusive as de propaganda política, obedecerá as normas, os padrões e critérios de emissão de ruídos estabelecidos na legislação federal, estadual e municipal vigentes.

Art. 79. A ninguém é lícito, por ação ou omissão, dar causa ou contribuir para a ocorrência de qualquer ruído.

CAPÍTULO IX

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Art. 80. A preservação do patrimônio cultural do Município é dever de todos os seus cidadãos.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio cultural do município, segundo os preceitos desta Lei e de sua regulamentação, a ser realizada.

CAPÍTULO X

SANEAMENTO BÁSICO E DOMICILIAR

Art. 81. A promoção de medidas de saneamento básico e domiciliar residencial comercial e industrial, essenciais à proteção do Meio Ambiente, constitui obrigação do Poder Público, da coletividade e do indivíduo que, para tanto, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção e no exercício de atividades, ficam adstritos a cumprir determinações legais e regulamentares e as recomendações, vedações e interdições ditas pelas autoridades ambientais, sanitárias e outras competentes.

Art. 82. Os serviços de saneamento básico, tais como os de abastecimento de água, drenagem pluvial, coleta, tratamento e disposição final de esgoto e de resíduos sólidos, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos competentes, devendo observar o disposto nesta Lei, seu regulamento e normas técnicas.

Parágrafo único. A construção reforma, ampliação e operação de sistema de saneamento básico, dependem de prévia aprovação dos respectivos projetos, pela da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM.

Art. 83. É obrigação do proprietário do imóvel a execução de instalações domiciliares de abastecimento, armazenamento, distribuição e esgotamento de água adequado, cabendo a usuário do imóvel a necessária conservação.

Art. 84. Os esgotos sanitários deverão ser coletados, tratados e receber destinação adequada, de forma a se evitar contaminação de qualquer natureza.

Art. 85. No Município serão instaladas, pelo Poder Público, diretamente ou em regime de concessão, estações de tratamento, rede coletora de emissários de esgotos sanitários, conforme Plano de Saneamento Básico.

Art. 86. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e sua ligação à rede pública coletora.

Parágrafo único. Quando não existir rede coletora de esgotos, as medidas adequadas ficam sujeitas a aprovação da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM, sem prejuízo de outros órgãos, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos "*in natura*" a céu aberto ou na rede de pluvial, os novos empreendimentos deverão contemplar Estação de Tratamento de Esgoto.

Art. 87. A coleta, tratamento, e disposição final de resíduos sólidos, processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem-estar público ou ao Meio Ambiente.

§ 1º Fica expressamente proibido:

I – a deposição indiscriminada de resíduos sólidos em locais impróprios, em áreas urbanas ou rurais;

II – a incineração e a disposição final de resíduos sólidos a céu aberto;

III – a utilização de resíduos sólidos “in natura” para alimentação de animais e adubação orgânica;

IV – o lançamento de resíduos sólidos em águas de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas.

§2º Os resíduos sólidos, portadores de agentes patogênicos, inclusive os de serviços de saúde (hospitalares, laboratoriais, farmacológicos e os resultantes de postos de saúde), assim como alimentos ou produtos contaminados, deverão ser adequadamente acondicionados e conduzidos por transporte especial, nas condições estabelecidas pela legislação vigente e fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM, podendo ser tratados no local da disposição final, desde que atendidas às especificações determinadas pela legislação vigente.

§3º A Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM estabelecerá as zonas onde a seleção de resíduos sólidos deverá ser necessariamente efetuada a nível domiciliar via campanha de coleta seletiva.

CAPÍTULO XI

RESÍDUOS TÓXICOS OU PERIGOSOS

Art. 88. Aquele que utiliza substâncias, produtos, objetos ou resíduos considerados tóxicos ou perigosos, deve tomar precauções para que não apresentem perigo e não afetem o Meio Ambiente e a saúde da coletividade.

§ 1º Os resíduos tóxicos ou perigosos devem ser reciclados, neutralizados ou eliminados nas condições estabelecidas pela legislação federal e municipal em vigor.

§ 2º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente poderá estabelecer normas técnicas de armazenamento, de transporte e manipulação, organizará as listas de substâncias, produtos, objetos, resíduos tóxicos, perigosos ou proibidos de uso no Município e baixará instruções para a reciclagem, neutralização, eliminação e coleta dos mesmos.

CAPÍTULO XII

CONDIÇÕES AMBIENTAIS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 89. As edificações deverão estabelecer os requisitos sanitários de higiene e segurança, indispensáveis à proteção da saúde e do bem-estar da coletividade, a serem estabelecidos no regulamento deste texto

normativo, e em normas técnicas existentes tanto federais quanto estaduais e municipais em especial o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - PDDUA, o Código de Obras e Código de Posturas.

Art. 90. A da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM, conjuntamente com a Secretaria Municipal do Planejamento, fixará normas para a aprovação de projetos de Edificações públicas e privadas, objetivando a economia de energia elétrica para climatização, iluminação e aquecimento de água, além de minimização do consumo de água e seu reaproveitamento. E porcentagem da área verde, contendo paisagismo e/ou jardinagem.

Art. 91. Sem prejuízo de outras licenças exigidas na legislação em vigor, estão sujeitos à aprovação da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM, os projetos de construção, reforma e ampliação de edificações destinadas à:

I – manipulação, industrialização, armazenamento e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos;

II – atividades que produzam resíduos de qualquer natureza, que possam contaminar pessoas e poluir o Meio Ambiente;

III – indústrias de qualquer natureza;

IV – espetáculos ou diversões públicas, quando produzam resíduos;

V – atividades que utilizem recursos naturais.

Art. 92. Os proprietários e possuidores de edificações ficam obrigados a executar as obras determinadas pelas autoridades ambientais e sanitárias, visando ao cumprimento das normas vigentes e as existentes na regularização dentro de prazo a ser estipulado.

Art. 93. Os necrotérios, locais de velório (capela mortuária) e cemitérios obedecerão às normas ambientais e sanitárias, aprovadas pela da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM, no que se refere à localização, construção, instalação e funcionamento.

CAPÍTULO XIII

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 94. A construção, instalação, ampliação, reforma, recuperação, alteração, operação e desativação de estabelecimentos, obras e atividades utilizadoras de recursos ambientais ou consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Parágrafo único. Quando se tratar de licenciamento de empreendimentos e atividades localizados em até 10km (dez quilômetros) do

limite da Unidade de Conservação deverá também ter autorização do órgão administrador da mesma.

Art. 95. Para análise do licenciamento ambiental será exigido do empreendedor a apresentação de documentos e informações mínimas, as quais serão definidas pela equipe técnica da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM; através de “termos de referência” para cada atividade específica.

§1º A da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM; poderá através de sua equipe técnica de acordo com a necessidade decorrente da atividade, dispensar o empreendedor de apresentar alguns itens do Termo de Referência e/ou solicitar ao empreendedor a complementação de dados, informações e/ou estudos diferentes dos descritos no Termo de Referência durante o procedimento de análise.

§2º A apresentação de todos os documentos e estudos solicitados nos Termos de Referências não garantem a expedição da licença ambiental.

Art. 96. Para os licenciamentos ambientais de empreendimentos localizados em áreas de especial preservação ambiental, notadamente na Área de Proteção Ambiental Estadual do Delta do Jacuí, a da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM; submeterá análise e anuência do órgão Estadual gestor da área em questão.

Parágrafo único. A licença ambiental será expedida somente após a anuência do Órgão Estadual gestor da referida área de especial preservação ambiental, sendo que a Secretaria do Meio Ambiente Municipal-SMAM registrará expressamente na licença ambiental a anuência recebida.

Art. 97. O órgão ambiental competente, no exercício de sua competência de controle, expedirá, com base em manifestação técnica obrigatória, as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP), na fase preliminar, de planejamento do empreendimento ou atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos, nas fases de localização, instalação e operação, observadas as diretrizes do planejamento e zoneamento ambientais e demais legislações pertinentes, atendidos os planos municipais, estaduais e federais, de uso e ocupação do solo;

II - Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação do empreendimento ou atividade, de acordo com as condições e restrições da LP e, quando couber, as especificações constantes no Projeto Executivo aprovado, e atendidas as demais exigências do órgão ambiental.

III - Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início do empreendimento ou atividade e, quando couber, o funcionamento dos equipamentos de controle de poluição exigidos, de acordo com o previsto na LP e LI e atendidas as demais exigências do órgão ambiental competente.

§ 1º As licenças expedidas serão válidas por prazo determinado, entre 1 (um) e 5 (cinco) anos, de acordo com o porte e o potencial poluidor da atividade, critérios definidos pelo órgão ambiental e fixados normativamente.

§ 2º As licenças indicadas nos incisos deste artigo poderão ser expedidas sucessiva ou isoladamente, conforme a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

Art. 98. O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciado para cada modalidade de licença (LP, LI e LO) em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação e exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.

§ 1º A contagem do prazo previsto no "caput" deste artigo será suspensão durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimento pelo empreendedor.

§ 2º Os prazos estipulados no "caput" poderão ser alterados desde que justificados e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

Art. 99. O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pelo órgão ambiental competente, dentro do prazo estabelecido pelo mesmo, a contar do recebimento da respectiva notificação.

Parágrafo único. O prazo estipulado no "caput" poderá ser prorrogado, desde que justificado e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

Art. 100. O não-cumprimento dos prazos estipulados nos artigos acima (98 e 99), respectivamente, sujeitará o licenciamento à ação do órgão que detenha competência para atuar supletivamente e o empreendedor ao arquivamento de seu pedido de licença.

Art. 101. Tanto o deferimento quanto o indeferimento das licenças ambientais deverão basear-se em parecer técnico específico obrigatório, que deverá fazer parte do corpo da decisão.

Art. 102. Ao interessado no empreendimento ou atividade cuja solicitação de licença ambiental tenha sido indeferida, dar-se-á, nos termos do regulamento, prazo para interposição de recurso, a ser julgado pela autoridade competente licenciadora da atividade.

Art. 103. O órgão ambiental competente, diante das alterações ambientais ocorridas em determinada área, deverá exigir dos responsáveis pelos empreendimentos ou atividades já licenciados, as adaptações ou correções necessárias a evitar ou diminuir, dentro das possibilidades técnicas comprovadamente disponíveis, os impactos negativos sobre o meio ambiente decorrentes da nova situação.

Art. 104. Os empreendimentos que acarretarem no deslocamento de populações humanas para outras áreas terão na sua Licença Prévia (LP), como condicionante para obtenção de Licença de Instalação (LI), a resolução de todas as questões atinentes a esse deslocamento, em especial a desapropriação e o reassentamento.

Art. 105. Iniciada a implantação ou operação de empreendimentos ou atividades antes da expedição das respectivas licenças, o responsável pela outorga destas deverá, sob pena de responsabilidade funcional, comunicar o fato às entidades financiadoras desses empreendimentos, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta lei e demais legislações.

Art. 106. O órgão ambiental competente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, determinará, sempre que necessário, a redução das atividades geradoras de poluição, para manter a operação do empreendimento ou atividade nas condições admissíveis ao meio.

Art. 107. Os empreendimentos ou atividades com início da implantação ou operação antes desta Lei, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, deverão solicitar o licenciamento ambiental segundo a fase em que se encontram, de acordo com os artigos 80 e 81 (LP, LI, LO), ficando sujeitas às infrações e penalidades desta Lei e seu regulamento, e sem prejuízo das sanções impostas anteriormente.

Parágrafo único. Mesmo superadas as fases de Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) ficam tais empreendimentos ou atividades sujeitos ao atendimento das exigências e critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente quanto aos aspectos de localização e implantação, além dos que serão estabelecidos para o seu funcionamento e que constarão da Licença de Operação (LO).

Art. 108. A expedição das licenças previstas no artigo 81 fica sujeita ao pagamento de valores de ressarcimento, ao órgão ambiental competente, dos custos operacionais e de análise do licenciamento ambiental.

Parágrafo único. O ressarcimento dos custos de licenciamento se dará no ato de solicitação da licença e não garante ao interessado a concessão da mesma.

Art. 109. Caberá ao Município o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades consideradas como de impacto local, bem como aquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

Art. 110. Dar-se-á publicidade aos licenciamentos conforme a legislação federal e estadual vigentes, ao regulamento desta Lei e determinações do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

CAPÍTULO XIV

SANÇÕES

Art. 111. O Poder Público exercerá seu poder de polícia dentro dos limites da lei, com a aplicação de sanções àqueles que infringirem a legislação ambiental vigente.

CAPÍTULO XV

PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL

Art. 112. Os padrões de qualidade ambiental são os valores de concentrações máximas toleráveis no ambiente para cada poluente, de modo a resguardar a saúde humana, a fauna, a flora, as atividades econômicas e o meio ambiente em geral.

§ 1º Os padrões de qualidade ambiental deverão ser expressos, quantitativamente, indicando as concentrações máximas de poluentes suportáveis em determinados ambientes, devendo ser respeitados os indicadores ambientais de condições de auto-depuração do corpo receptor.

§ 2º Os padrões de qualidade ambiental incluirão, entre outros, a qualidade do ar, das águas, do solo e a emissão de ruídos e vibrações.

Art. 113. Padrão de emissão é o limite máximo estabelecido para lançamento de poluente por fonte emissora que, ultrapassado, poderá afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à fauna, à flora, às atividades econômicas e ao meio ambiente em geral.

Art. 114. Os padrões e parâmetros de emissão e de qualidade ambiental são aqueles estabelecidos pelos Poderes Públicos Estadual e Federal, podendo o Poder Público Municipal estabelecer padrões mais restritivos ou acrescentar padrões para parâmetros não fixados pelos órgãos estadual e federal.

TÍTULO III

DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

CAPÍTULO I

FISCALIZAÇÃO

Art. 115. A fiscalização compreende toda e qualquer ação de agente ambiental sob a coordenação da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM, visando ao exame, vigilância, controle e verificação do atendimento às disposições contidas na legislação ambiental, nesta Lei e outras legislações pertinentes e vigentes no âmbito municipal, estadual e federal.

Art. 116. A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei e das normas ambientais vigentes será realizada pelos agentes ambientais habilitados e com competência para esta finalidade.

§ 1º Uma vez designado o servidor para a atividade de fiscalização, este é a autoridade competente para lavrar auto de infração ambiental, proceder a todos os demais termos administrativos e instaurar processo administrativo.

§ 2º A designação de agente ambiental de que trata este artigo dar-se-á por ato do Poder Executivo Municipal, mediante portaria específica, observando-se como exigência cogente, a prévia capacitação, habilitação e treinamento de servidores municipais em curso na área de legislação ambiental e de prática fiscalizatória.

Art. 117. Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infração ambiental ou dirigir representação por escrito à da Secretaria do Meio Ambiente Municipal – SMAM para efeito do exercício do seu poder de polícia, cabendo aos seus servidores apurar as denúncias que chegarem ao seu conhecimento, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade nos termos da lei.

Parágrafo único. Para fins deste artigo entende por Poder de Polícia a restrição imposta pelo Poder Público Municipal aos particulares que, limitando ou disciplinando direito, interesse, atividade ou empreendimento, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à proteção, controle ou conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida no Município.

Art. 118. No exercício da ação fiscalizadora será assegurado ao agente ambiental credenciado, o livre acesso e a permanência, pelo tempo necessário, nos estabelecimentos públicos ou privados.

Parágrafo único. Quando a ação fiscalizadora for impedida, obstaculizada ou resistida pelo morador ou empreendedor, quanto ao acesso à sua casa, moradia ou empreendimento, sem prejuízo da aplicação de multa administrativa prevista nesta Lei, a Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM deverá obter o devido mandado judicial.

Art. 119. Mediante requisição da Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM perante as autoridades competentes, o agente ambiental credenciado poderá ser acompanhado por força policial para efetivo cumprimento da ação fiscalizadora, quando as circunstâncias assim indicarem.

Art. 120. Aos agentes de fiscalização compete:

- I - efetuar visitas e vistorias;
- II - verificar a ocorrência de infração lesiva ao meio ambiente;
- III - lavrar o auto de infração correspondente, fornecendo cópia ao autuado;
- IV - elaborar relatório de fiscalização;

V - exercer atividade orientadora visando a adoção de atitude ambiental positiva;

VI - notificar o responsável por determinada ação irregular ou para prestar esclarecimentos sobre a mesma, em local, data e hora definidos;

VII - advertir nos casos em que o dano ambiental ainda não foi causado ou para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções;

VIII - conduzir o infrator às autoridades competentes quando se tratar de crime ambiental, lavrando-se os termos administrativos pertinentes;

IX - subsidiar ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público nas ações em que estiver figurado como autuante ou testemunha da ação fiscalizatória que deu origem à instauração de ação penal ou civil pública.

Art. 121. A fiscalização utilizar-se-á dos meios indicados na legislação estadual e federal vigentes para aplicar as sanções administrativas ambientais.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Seção I

NORMAS GERAIS

Art. 122. A apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as infrações ambientais previstas nesta Lei serão apuradas em processo administrativo próprio, observado o rito estabelecido nesta Lei ou em regulamento.

Art. 123. O processo administrativo pode iniciar-se de ofício através de ato administrativo da pessoa responsável pela Secretaria do Meio Ambiente Municipal, ou por decorrência da lavratura de auto de infração por servidor competente, ou ainda por determinação de decisão judicial, ou a pedido do Ministério Público, de autoridades competentes ou por solicitação do interessado, quando o caso assim o exigir.

Art. 124. O processo será orientado pelos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, bem como pelos critérios mencionados no parágrafo único do [art. 2o da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.](#)

Art. 125. O processo administrativo será formalizado, identificado e ter suas páginas numeradas seqüencialmente, devidamente rubricadas.

Parágrafo único. A renumeração das páginas do processo, quando necessária, deve ser justificada pelo servidor que a promover, em despacho nos autos, a partir da página que iniciar a referida renumeração.

Art. 126. Constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração, do qual deverá ser dado ciência ao autuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º O autuado será intimado da lavratura do auto de infração pelas seguintes formas:

I - pessoalmente;

II - por seu representante legal;

III - por carta registrada com aviso de recebimento;

IV - por edital, se estiver o infrator autuado em lugar incerto, não sabido ou se não for localizado no endereço.

§ 2º Caso o autuado se recuse a dar ciência do auto de infração, o agente autuante certificará o ocorrido na presença de duas testemunhas e o entregará ao autuado.

§ 3º Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente autuante aplicará o disposto no § 1º, encaminhando o auto de infração por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

Seção II

AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 127. O auto de infração deverá ser lavrado em impresso próprio, não devendo haver emendas ou rasuras que comprometam sua validade e devendo conter:

I - identificação do autuado: nome do infrator, seu domicílio e/ou residência, bem como os demais elementos necessários a sua qualificação e identificação civil;

II - local, data e hora da infração;

III - descrição clara e objetiva da infração administrativa e indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos;

IV - penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza sua imposição;

V - notificação do autuado;

VI - prazo para o recolhimento da multa;

VII - prazo para o oferecimento de defesa e a interposição de recurso.

Art. 128. O auto de infração que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado de ofício pela autoridade julgadora, mediante despacho saneador, após o pronunciamento da Assessoria Jurídica que atua junto da entidade responsável pela autuação.

Parágrafo único. Constatado o vício sanável, sob alegação do autuado, o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.

Art. 129. O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo, após o pronunciamento da Assessoria Jurídica que atua junto da entidade responsável pela autuação.

§ 1º Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no auto de infração.

§ 2º Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo auto, observadas as regras relativas à prescrição.

§ 3º O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, podendo ser alterado pela autoridade julgadora mediante decisão fundamentada que retifique o auto de infração.

Art. 130. O autuado por infração ambiental poderá:

I - apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da ciência do auto de infração, ao órgão responsável pela autuação, para julgamento;

II - interpor recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da decisão do julgamento da defesa, ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;

III - recorrer, em última instância administrativa, ao CONSEMA, em casos especiais, por estes disciplinados.

Seção III

DEFESA

Art. 131. O autuado poderá, no prazo de vinte dias, contados da data da ciência da autuação, oferecer defesa contra o auto de infração.

Art. 132. A defesa deverá ser protocolizada na sede da Prefeitura Municipal e deverá indicar que se trata de Defesa em decorrência de Auto de Infração lavrado pela Secretaria do Meio Ambiente Municipal – SMAM.

Art. 133. A defesa será formulada por escrito e deverá conter os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no auto de infração e termos que o acompanham, bem como a especificação das provas que o autuado pretende produzir a seu favor, devidamente justificadas.

Parágrafo único. Requerimentos formulados fora do prazo de defesa não serão conhecidos, podendo ser desentranhados dos autos conforme decisão da autoridade ambiental competente.

Art. 134. Por ocasião da defesa o infrator pode apresentar testemunhas em seu favor, obrigando-se pelo seu comparecimento quando determinado pela Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM;

Art. 135. O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.

Parágrafo único. O autuado poderá requerer prazo de até dez dias para a juntada do instrumento a que se refere o caput.

Art. 136. A defesa não será conhecida quando apresentada:

I - fora do prazo;

II - por quem não seja legitimado; ou

III - perante órgão ou entidade ambiental incompetente.

Art. 137. É vedado reunir em uma só petição, impugnação, defesa ou recurso referente a mais de uma sanção ou ação fiscal, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo infrator.

Seção IV

INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 138. Ao autuado caberá a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído à autoridade julgadora para instrução do processo.

Art. 139. A autoridade julgadora poderá requisitar a produção de provas necessárias à sua convicção, bem como parecer técnico ou contradita do agente autuante, especificando o objeto a ser esclarecido.

§ 1º O parecer técnico deverá ser elaborado no prazo máximo de dez dias, ressalvadas as situações devidamente justificadas.

§ 2º A contradita deverá ser elaborada pelo agente autuante no prazo de cinco dias, contados a partir do recebimento do processo.

§ 3º Entende-se por contradita, para efeito desta Lei, as informações e esclarecimentos prestados pelo agente autuante necessários à elucidação dos fatos que originaram o auto de infração, ou das razões alegadas pelo autuado, facultado ao agente, nesta fase, opinar pelo acolhimento parcial ou total da defesa.

Art. 140. As provas propostas pelo autuado, quando impertinentes, desnecessárias ou protelatórias poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora competente.

Art. 141. Quando deferida a oitiva de testemunhas, um servidor encarregado pela Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM ouvirá estas, transcrevendo suas declarações e anexando-as ao processo.

Art. 142. Tratando-se de perícia técnica que não haja na Secretaria de Meio Ambiente Municipal condições materiais e/ou humana para sua realização, o interessado poderá promover às suas expensas a realização da mesma.

Parágrafo único. Em se tratando de transgressão que dependa de análise laboratorial ou pericial para completa elucidação dos fatos, o prazo a pedido da defesa, poderá ser dilatado, mediante despacho fundamentado do titular do órgão ambiental.

Art. 143. A Procuradoria Jurídica do Município, quando houver controvérsia jurídica, emitirá parecer fundamentado para a motivação da decisão da autoridade julgadora.

Art. 144. Encerrada a instrução, o autuado terá o direito de manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de dez dias.

Parágrafo único. A autoridade julgadora publicará em sua sede administrativa e em sítio na rede mundial de computadores a relação dos processos que entrarão na pauta de julgamento, para fins de apresentação de alegações finais pelos interessados.

Art. 145. A decisão da autoridade julgadora não se vincula às sanções aplicadas pelo agente autuante, ou ao valor da multa, podendo, em decisão motivada, de ofício ou a requerimento do interessado, minorar, manter ou majorar o seu valor, respeitados os limites estabelecidos na legislação ambiental vigente.

Parágrafo único. Nos casos de agravamento da penalidade, o autuado deverá ser cientificado antes da respectiva decisão, por meio de aviso de recebimento, para que se manifeste no prazo das alegações finais.

Art. 146. Oferecida ou não a defesa, a autoridade julgadora, no prazo de trinta dias, julgará o auto de infração, decidindo sobre a aplicação das penalidades.

§ 1º Nos termos do que dispõe esta Lei, as medidas administrativas que forem aplicadas no momento da autuação deverão ser apreciadas no ato decisório, sob pena de ineficácia.

§ 2º A inobservância do prazo para julgamento não torna nula a decisão da autoridade julgadora e o processo.

§ 3º O órgão ou entidade ambiental competente indicará, em ato próprio, a autoridade administrativa responsável pelo julgamento da defesa, observando-se o disposto no art. 17 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 147. A decisão deverá ser motivada, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos em que se baseia.

Parágrafo único. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações ou decisões, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório.

Art. 148. Julgado o auto de infração, o autuado será notificado por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência para pagar a multa no prazo de cinco dias, a partir do recebimento da notificação, ou para apresentar recurso.

§ 1º As multas não pagas administrativamente, findado o prazo descrito no "caput" deste artigo, serão inscritas na dívida ativa do Município, para posterior cobrança judicial.

§ 2º As multas estarão sujeitas à atualização monetária desde a lavratura do auto de infração até o seu efetivo pagamento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos conforme previsto em lei.

Art. 149. As defesas e os recursos interpostos das decisões não definitivas terão efeitos suspensivos relativos ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente ou remediação do dano ambiental cometido.

Art. 150. Quando aplicada a pena de multa, esgotados os recursos administrativos, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da notificação, recolhendo o respectivo valor à conta do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§ 1º O valor estipulado da pena de multa, determinado no auto da infração, será corrigido pelos índices oficiais vigentes por ocasião da notificação para seu pagamento.

§ 2º Se não localizado o infrator penalmente, a notificação para o pagamento da multa será feita mediante registro postal ou por meio de edital publicado em jornal de circulação local.

§ 3º O não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado neste artigo, implicará na sua inscrição para cobrança judicial, na forma da legislação pertinente e comunicação ao cadastro nacional de controle ambiental do Governo Federal criado pela Lei Federal nº6938/81.

Seção V

RECURSO

Art. 151. Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de vinte dias.

§ 1º O recurso hierárquico de que trata este artigo será dirigido à autoridade administrativa julgadora que proferiu a decisão na defesa, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 2º A Secretaria do Meio Ambiente Municipal - SMAM encaminhará o recurso ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente que será responsável pelo seu julgamento.

Art. 152. A autoridade que proferiu a decisão na defesa recorrerá de ofício à autoridade superior nas hipóteses a serem definidas pelo órgão ou entidade ambiental.

Parágrafo único. O recurso de ofício será interposto mediante declaração na própria decisão.

Art. 153. O recurso interposto na forma prevista no art. 147 não terá efeito suspensivo, salvo o disposto no § 2º .

§ 1º Na hipótese de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido do recorrente, conceder efeito suspensivo ao recurso.

§ 2º Quando se tratar de penalidade de multa, o recurso de que trata o art. 147 terá efeito suspensivo quanto a esta penalidade.

Art. 154. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, responsável pelo julgamento do recurso, poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

Art. 155. O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão ambiental incompetente; ou

III - por quem não seja legitimado.

Art. 156. A decisão do Conselho Municipal de Meio Ambiente deverá ser motivada, com a indicação dos fatos e fundamentos e desta o autuado será notificado por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência para pagar a multa no prazo de cinco dias, a partir do recebimento da notificação, ou para apresentar recurso.

§ 1º As multas não pagas administrativamente, findado o prazo descrito no "caput" deste artigo, serão inscritas na dívida ativa do Município, para posterior cobrança judicial.

§ 2º As multas estarão sujeitas à atualização monetária desde a lavratura do auto de infração até o seu efetivo pagamento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos conforme previsto em lei.

CAPÍTULO III

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 157. Constitui infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que importe na inobservância dos preceitos desta Lei, de seus regulamentos e das demais normas e legislações ambientais estaduais e federais.

Art. 158. Aquele que direta ou indiretamente causar dano ao meio ambiente será responsabilizado administrativamente, independente de culpa ou dolo, sem prejuízo das sanções cíveis e criminais.

Art. 159. Responderá pelas infrações ambientais quem, por qualquer modo as cometer, concorrer para a sua prática ou dela se beneficiar.

Art. 160. As infrações às disposições desta Lei, seus regulamentos, às normas, critérios, parâmetros e padrões estabelecidos em decorrência dela e das demais legislações ambientais, serão punidas com as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total das atividades;

X - restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízos das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 4º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 5º As penalidades de multa aplicadas a infratores não reincidentes poderão ser substituídas, a critério da autoridade coatora, pela execução de programas e ações de educação ambiental destinadas a área afetada pelas infrações ambientais que originaram as multas, desde que os valores se equivalham e que haja aprovação dos programas e ações pelo órgão autuante.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos IV e V do "caput" obedecerá o disposto no artigo 177 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX serão aplicadas, quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo as prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou suspensão da participação em linha de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até 3 (três) anos.

Art. 161. A apreensão, destruição ou inutilização, referidas nos incisos IV e V do artigo 160 desta Lei, obedecerão ao seguinte:

I - os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações de pesca, objeto de infração administrativa, serão apreendidos, lavrando-se os respectivos termos;

II - os animais apreendidos terão a seguinte destinação:

a) libertados em seu habitat natural, após verificação da sua adaptação as condições de vida silvestre;

b) entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados; ou

c) na impossibilidade de atendimento imediato das condições previstas nas alíneas anteriores, o órgão ambiental autuante poderá confiar os animais a fiel depositário na forma da legislação vigente, até implementação dos termos antes mencionados.

III - os produtos e subprodutos perecíveis ou a madeira apreendidos pela fiscalização serão avaliados e doados pela autoridade competente as instituições científicas, hospitalares, penais, militares, públicas e outras com fins beneficentes, bem como as comunidades carentes, lavrando-se os respectivos termos, sendo que, no caso de produtos da fauna não perecíveis, os mesmos serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

IV - os produtos e subprodutos de que tratam os incisos anteriores, não retirados pelo beneficiário no prazo estabelecido no documento de doação, sem justificativa, serão objeto de nova doação ou leilão, a critério do órgão ambiental, revertendo os recursos arrecadados para a preservação ou melhoria da qualidade do meio ambiente, correndo os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais a conta do beneficiário;

V - os equipamentos, os petrechos e os demais instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos pelo órgão responsável pela apreensão, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem;

VI - caso os instrumentos a que se refere o inciso anterior tenham utilidades para uso nas atividades dos órgão ambientais e de entidades científicas, culturais, educacionais, hospitalares, penais, militares, públicas e outras entidades com fins beneficentes, serão doados a estas, após previa avaliação do órgão responsável pela apreensão;

VII - tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos a saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, seja destinação final ou destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão as expensas do infrator;

VIII - os veículos e as embarcações utilizados na prática da infração, apreendidos pela autoridade competente, somente serão liberados após o cumprimento da penalidade que vier a ser imposta, podendo ser os bens confiados a fiel depositário na forma da legislação vigente, até implementação dos termos antes mencionados, a critério da autoridade competente;

IX - fica proibida a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações, de que trata este artigo, salvo na hipótese de autorização da autoridade competente;

X - a autoridade competente encaminhará cópia dos termos de que trata este artigo ao Ministério Público, para conhecimento.

Art. 162. A determinação da demolição de obra de que trata o inciso VIII, do art. 160 desta lei, será de competência da autoridade ambiental, a partir da efetiva constatação pelo agente autuante da gravidade do dano decorrente da infração.

Art. 163. Os valores das multas de que trata esta Lei, serão corrigidos periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 164. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art. 165. Para a imposição e gradação da penalidade a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III - circunstâncias atenuantes ou agravantes;

IV - a situação econômica do infrator, no caso de multa.

Art. 166. Para o efeito do disposto no inciso III, do artigo 120, serão atenuantes as seguintes circunstâncias:

- I - menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
- II - arrependimento eficaz do infrator manifestado pela espontânea reparação do dano ou limitação da degradação ambiental causada;
- III - comunicação imediata do infrator às autoridades competentes, em relação a perigo iminente de degradação ambiental;
- IV - colaboração com os agentes encarregados da fiscalização e do controle ambiental.

Art. 167. Para o efeito do disposto no inciso III, do artigo 120, serão agravantes as seguintes circunstâncias:

- I - a reincidência;
- II - a extensão e gravidade da degradação ambiental;
- III - a infração atingir um grande número de vidas humanas;
- IV - danos permanentes a saúde humana;
- V - a infração atingir área sob proteção legal;
- VI - a infração ter ocorrido em Unidades de Conservação;
- VII - impedir ou causar dificuldades ou embaraço à fiscalização;
- VIII - utilizar-se, o infrator, da condição de agente público para a prática de infração;
- IX - tentativa de se eximir da responsabilidade atribuindo-a a outrem;
- X - ação sobre espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção.

Art. 168. Constitui reincidência a prática de nova infração ambiental cometida pelo mesmo agente no período de 3 (três) anos, classificada como:

- I - específica: cometimento de infração da mesma natureza; ou
- II - genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

Parágrafo único. No caso de reincidência específica ou genérica, a multa a ser imposta pela prática da nova infração terá seu valor aumentado ao triplo a ao dobro, respectivamente.

Art. 169. Sem obstar a aplicação das penalidades previstas nesta Lei, o infrator, independente da existência de culpa, e obrigado reparar os danos causados ao meio ambiente por sua atividade.

§ 1º Sem prejuízo das sanções cíveis, penais e administrativas, e da responsabilidade em relação a terceiros, fica obrigado o agente causador do dano ambiental a avaliá-lo, recuperá-lo, corrigi-lo e monitorá-lo, nos prazos e condições fixados pela autoridade competente.

§ 2º Se o responsável pela recuperação do meio ambiente degradado, não o fizer no tempo aprazado pela autoridade competente, deverá o Poder Público fazê-lo com recursos fornecidos pelo responsável ou a suas próprias expensas, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial de todos os custos e despesas incorridos na recuperação.

Art. 170. Além das penalidades que lhe forem impostas, o infrator será responsável pelo ressarcimento a administração pública das despesas que esta vier a fazer em caso de perigo iminente a saúde pública ou ao meio ambiente.

Art. 171. O servidor público que culposa ou dolosamente concorra para a prática de infração às disposições desta Lei e de seu regulamento, ou que facilite o seu cometimento, fica sujeito as cominações administrativas e penais cabíveis, inclusive a perda do cargo, sem prejuízo da obrigação solidária com o autor de reparar o dano ambiental a que deu causa.

Art. 172. Através do Termo de Compromisso Ambiental (TCA), firmado entre o órgão ambiental e o infrator, serão ajustadas as condições e obrigações a serem cumpridas pelos responsáveis pelas fontes de degradação ambiental, visando a cessar os danos e recuperar o meio ambiente.

§ 1º - No Termo de Compromisso Ambiental deverá constar obrigatoriamente a penalidade para o caso de descumprimento da obrigação assumida.

§ 2º - Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa poderá ser reduzida em até 90% (noventa por cento) do valor atualizado monetariamente.

§ 3º - Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, seja por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator.

§ 4º - Os valores apurados nos §§ 3º e 4º serão recolhidos ao Fundo Municipal competente, no prazo de 5 (cinco) dias do recebimento da notificação.

Art. 173. As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem ambiental prescrevem em 05 (cinco) anos.

§ 1º A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente que objetive a sua consequente imposição de pena.

§ 2º Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS

Art. 174. A Procuradoria Geral do Município proporcionará apoio jurídico à implantação dos objetivos desta Lei e demais normas ambientais vigentes.

Art. 175. Ficam sujeitas às normas dispostas nesta Lei pessoas físicas e jurídicas, inclusive órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais, que pretenderem executar quaisquer das atividades passíveis de licenciamento ambiental de competência do Município.

Art. 176. Compete a Secretaria de Meio Ambiente Municipal atuar supletivamente no cumprimento da Legislação Federal e Estadual relativamente à política do meio ambiente no Município.

Art. 177. Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei as disposições das Leis Federais e Estaduais vigentes, e demais normas e regulamentos federais, estaduais e municipais vigentes, que digam respeito à proteção, conservação, preservação, controle de poluição e degradação ambiental, fiscalização dos recursos naturais e não naturais.

Art. 178. O Município poderá conceder ou repassar auxílio financeiro a instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para execução de serviços de relevante interesse ambiental, desde que aprovados pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Art. 179. Será instituído pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, o “Prêmio Pesquisa” para gratificar inventores e introdutores de inovações tecnológicas que vissem proteger o Meio Ambiente, e o “Diploma de Defensor da Natureza” àqueles que se destacarem, de qualquer forma, em Defesa do Meio Ambiente e da Ecologia.

Art. 180. Sem prejuízo do que dispõe a Lei, a Educação Ambiental será promovida junto à comunidade, diretamente ou pelos meios de comunicação, através de atividades propostas pela Área de Meio Ambiente do Município e pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo em parceria com todos os órgãos municipais.

Art. 181. Fica instituída a “Semana do Meio Ambiente”, que será comemorada obrigatoriamente nas escolas, creches e demais estabelecimentos públicos, através de programações educativas e campanhas junto à comunidade, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

Art. 182. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente irá eleger a árvore símbolo do Município e o Poder Público incentivará o seu plantio, em áreas públicas e privadas, bem como tomará todas as providências para a sua preservação.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente formular lista tríplice das espécies a participar da escolha prevista por este artigo após ouvirem a comunidade, pessoas mais antigas, consultar bibliografia da região e comunidade científica e acadêmica.

Art. 183. Fica autorizada a Área de Meio Ambiente do Município a expedir as normas técnicas, padrões e critérios aprovados pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, destinados a complementar esta Lei e seu Regulamento.

Art. 184. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios de cooperação técnica e científica, com instituições públicas ou privadas a fim de dar cumprimento ao que dispõe este Diploma Legal.

Art. 185. As despesas necessárias ao cumprimento da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 186. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada no que couber.

Art. 187. Revogam-se as disposições em contrário, a Lei Municipal n.º 3.200, de 30 de dezembro de 2009, e o artigo 15 da Lei Municipal n.º 3.611, de 20 de dezembro de 2011.

Eldorado do Sul, 11 de janeiro de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 006, de 11 de janeiro de 2013, que *“dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente de Eldorado do Sul, a Política Municipal do Meio Ambiente para a administração do uso dos recursos ambientais, proteção da qualidade do meio ambiente, do controle das fontes poluidoras, da fiscalização, da conscientização ambiental e da ordenação do solo, de forma a garantir o desenvolvimento ambientalmente sustentável”*.

A Constituição em seu art. 225 dispõe que *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade atender o elencado no aludido dispositivo constitucional, bem como o disposto na Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, em especial os incisos I e III do art. 9º.

Pretende, ainda, a presente proposta dotar a municipalidade com instrumento que possibilitem o combate eficiente e eficaz às práticas danosas ao meio ambiente no território eldoradense.

Com esta proposta a Administração Municipal tem convicção de estar cumprindo não só com suas obrigações legais como assumindo efetivamente suas responsabilidades com o meio ambiente de nossa cidade.

Sendo assim e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal